



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 51 /2025, de 12 de novembro de 2025.

Limoeiro do Norte, 11 de novembro de 2025.

À Sua Excelência o Senhor
Marcio Michael do Nascimento Farias
Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
Câmara Municipal
R. Cel. Malveira, 2266 - Centro, Limoeiro do Norte
CEP 62930-000

APRESENTADO EM SESSÃO
ORDINÁRIA
REALIZADA AOS

13 NOV. 2025

CÂMARA M. LIM. DO NORTE

Assunto: apresentação de projeto de indicação (INSTITUI O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AMPLIAÇÃO DEFINITIVA DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMOEIRO DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Senhor Presidente,

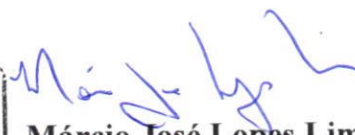
O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental em vigor, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. **o Projeto de Indicação e justificativa em anexo, a fim de ser submetido ao plenário desta augusta Casa Legislativa.**

Caso aprovado, solicita-se envio ao Poder Executivo Municipal.

Na certeza do atendimento da solicitação, apresento a V.Exa. protestos de estima e elevado apreço.

Respeitosamente,

Aprovado por Unanimidade	
(X) Sim	() Não
Votos Favoráveis	13
Votos Contrários	-
Abstenções	-
Em Sessão	Ordinária
Realizado aos	13 / 11 / 2025
Em	única
Votação	


Márcio José Lopes Lima
Vereador

PROTOCOLO	
Câmara Mun. Limoeiro do Norte	
PROTOCOLO N.º 9080	
12 NOV. 2025	
Horário:	09h:58
	
Responsável	



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº ____/2025, de 12 de novembro de 2025.

“INSTITUI O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AMPLIAÇÃO DEFINITIVA DA CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE LIMOEIRO DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Limoeiro do Norte, o procedimento administrativo destinado à **ampliação definitiva da carga horária** dos profissionais efetivos do Magistério, observados os critérios, condições e limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º. A ampliação definitiva de carga horária constitui ato administrativo que **modifica, de forma permanente, a jornada semanal de trabalho** do servidor efetivo do Magistério, desde que haja compatibilidade de horário e **necessidade comprovada do serviço público**.

Art. 3º. O programa de que trata o artigo anterior deverá:

I – ser regulamentado por **Edital Público**;

II – assegurar que o processo de ampliação seja definitivo, com repercussão na remuneração e vantagens funcionais;

III – observar critérios objetivos de antiguidade, titulação, avaliação de desempenho e a necessidade pedagógica da rede municipal;

IV – garantir ampla publicidade e transparência em todas as etapas.

Art. 4º. A ampliação somente poderá ocorrer **em caso de existência de vagas definitivas** na rede municipal de ensino, devidamente identificadas pela Secretaria Municipal de Educação, após análise das necessidades pedagógicas e da lotação das unidades escolares.

§ 1º. A ampliação definitiva de carga horária deverá ocorrer dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação e execução do programa, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno.

Art. 5º. Poderão requerer a ampliação definitiva de carga horária os **professores efetivos do Magistério Municipal** que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – possuam vínculo efetivo com o Município de Limoeiro do Norte;

II – estejam em efetivo exercício de suas funções;



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

- III – não respondam a processo administrativo disciplinar;
- IV – apresentem desempenho funcional satisfatório, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Educação;
- V – demonstrem compatibilidade de horário com a nova carga horária pretendida.

Art. 6º. O procedimento administrativo será instaurado **mediante requerimento formal do interessado**, dirigido à Secretaria Municipal de Educação, acompanhado da documentação comprobatória exigida.

§ 1º. O requerimento será analisado por uma **Comissão de Avaliação**, designada por ato do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, composta por no mínimo três membros efetivos.

§ 2º. Caberá à Comissão verificar o cumprimento dos requisitos legais e emitir **parecer conclusivo** sobre a viabilidade do pedido.

§ 3º. O resultado do processo será encaminhado à autoridade competente para **decisão final e publicação em ato próprio**.

Art. 7º. A ampliação definitiva de carga horária importará em **adequação proporcional da remuneração**, observando-se os critérios da Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério (PCCR).

Art. 8º. A ampliação deferida **não poderá ultrapassar o limite máximo de jornada semanal** estabelecido na legislação vigente e deverá respeitar a **reserva de 1/3 da carga horária** para atividades extraclasse, conforme determina a Lei Federal nº 11.738/2008.

Art. 9º. A ampliação definitiva não gera direito adquirido à manutenção da carga horária ampliada em caso de **alteração estrutural da rede de ensino, extinção de vagas ou necessidade de readequação funcional**, mediante justificativa expressa da administração.

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Lei serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas legais e os princípios da administração pública.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, definindo metas, prazos e instrumentos de acompanhamento e avaliação do Programa.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em 12 de novembro de 2025.

Márcio José Lopes Lima
Vereador



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

JUSTIFICATIVA

O presente **Projeto de Lei** tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Limoeiro do Norte, o **procedimento administrativo para ampliação definitiva da carga horária dos profissionais efetivos do Magistério da Rede Pública Municipal de Ensino**, assegurando transparência, isonomia e segurança jurídica na tramitação desses pedidos.

Atualmente, observa-se a necessidade de estabelecer regras claras e uniformes que orientem o processo de ampliação da jornada de trabalho dos docentes efetivos, uma vez que a inexistência de normatização específica pode gerar interpretações divergentes, desigualdades de tratamento e entraves administrativos.

A ampliação definitiva de carga horária representa um instrumento de valorização do servidor público da educação, ao possibilitar o **aproveitamento de profissionais concursados**, com experiência comprovada e vínculo estável, para o preenchimento de vagas permanentes existentes na rede municipal, evitando a precarização dos vínculos e contribuindo para a **continuidade pedagógica** nas unidades escolares.

Além de promover maior eficiência na gestão de pessoal, a medida atende ao princípio constitucional da **economicidade**, reduzindo gastos com contratações temporárias e garantindo melhor aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

O projeto também observa os parâmetros estabelecidos pela **Lei Federal nº 11.738/2008**, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e assegura a **reserva mínima de um terço da jornada de trabalho para atividades extraclasse**, garantindo o equilíbrio entre as funções de docência e planejamento.

Outro ponto relevante é a criação de um **procedimento formal, com comissão de avaliação e critérios objetivos**, que permitirá à Secretaria Municipal de Educação analisar cada solicitação com base em critérios técnicos e pedagógicos, assegurando a lisura e a legalidade dos atos administrativos.

Assim, a proposta ora apresentada **não cria novas despesas obrigatórias**, mas apenas disciplina um mecanismo já existente de gestão de pessoal, alinhado às boas práticas da administração pública, à valorização profissional e à melhoria da qualidade do ensino.



ESTADO DO CEARÁ

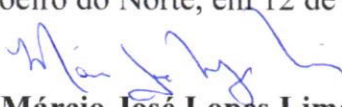
Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

Diante do exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei encontra-se **em plena conformidade com o interesse público**, com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e com as diretrizes do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Municipal.

Pelas razões apresentadas, submetemos esta proposição à **apreciação dos nobres Vereadores desta Casa Legislativa**, certos de que sua aprovação representará um avanço importante para a educação municipal e para a valorização dos profissionais que a constroem diariamente.

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em 12 de novembro de 2025.


Márcio José Lopes Lima
Vereador